

Programa de Habilidades Sociais e de Vida com Adolescentes em Semiliberdade

Social and Life Skill Program with Adolescents of Semi Liberty

Programa de Habilidades Sociales y de Vida con Adolescentes en Semibildad

Carolina Seixas da Rocha(1); Vanessa Barbosa Romera Leme(2); Luana de Mendonça Fernandes(3)

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil.

E-mail: carolinaseixasrocha@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4851-3932>

2 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil.

E-mail: vanessaromera@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9721-0439>

3 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Brasil.

E-mail: luapsi@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7325-7881>

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 13, n. 1, p. 4-21, janeiro-junho, 2021 - ISSN 2175-5027

[Submetido: junho 29, 2019; Revisão1: julho 7, 2019; Revisão2: janeiro 13, 2020;

Aceito: janeiro 16, 2020; Publicado: agosto 18, 2021]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i1.3402>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor: Jean Von Hohendorff

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui! / click here!](#)

Resumo

A literatura tem destacado a necessidade de intervenções para a promoção de interações interpessoais e trajetórias de vida positivas para adolescentes em conflito com a lei. O estudo avaliou os efeitos de um Programa de Habilidades Sociais e de Vida (PHSV) no repertório de habilidades sociais, na percepção de apoio social e nas crenças de autoeficácia de adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade. Participaram da intervenção sete adolescentes do sexo masculino com idade entre 14 e 17 anos. O PHSV foi composto por sete encontros e foi avaliado antes e depois por meio dos seguintes instrumentos: Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes; Escala de Percepção de Apoio Social; Escala de Autoeficácia Generalizada. Os dados foram analisados por meio do Método Jacobson & Truax e evidenciaram um aumento no escore geral de habilidades sociais de cinco participantes, sendo que os fatores assertividade e abordagem afetiva tiveram mudança confiável positiva. Conclui-se que o PHSV mostrou alguns indicadores de efetividade, podendo ser considerado como uma alternativa para o desenvolvimento socioemocional dos adolescentes, além de permitir a construção de estratégias de enfrentamento para lidar com os desafios das novas inserções.

Palavras-chave: adolescente, habilidades sociais, apoio social, autoeficácia

Abstract

The literature has highlighted the need for interventions to promote positive interactions and trajectories of life to adolescents in conflict with the law. The study evaluated the effects of a Social and Life Skills Program (SLSP) on the repertoire of social skills, the perception of social support and the self-efficacy beliefs of adolescents in socio-educational measures of semi-freedom. Participated in the intervention seven male adolescents aged between 14 and 17 years. The SLSP was composed of seven meetings and was evaluated before and after the intervention using the instruments: Inventory of Social Skills for Adolescents; Social Support Appraisals; Generalized Self-Efficacy Scale. The data were analyzed using the Jacobson & Truax Method and showed that five adolescents presented an increase in the general social skills score, and the factors that had a positive change were assertiveness and affective approach. It is concluded that the SLSP showed some indicators of effectiveness, and can be considered as an alternative for the socio-emotional development, as well as the emergence of coping strategies to deal with the challenges of new insertions.

Keywords: adolescent, social skills, social support, self-efficacy

Resumen

La literatura ha destacado la necesidad de intervenciones para la promoción de interacciones e trayectorias positivas a adolescentes en conflicto con la ley. El estudio evaluó los efectos de un Programa de Habilidades Sociales y de Vida (PHSV) en el repertorio de habilidades sociales, en la percepción de apoyo social y en las creencias de autoeficacia de adolescentes en medida socioeducativa de semilibertad. Participaron de la intervención siete adolescentes del sexo masculino con edad entre 14 y 17 años. El PHSV fue compuesto por siete encuentros y fue evaluado antes y después por medio de los instrumentos: Inventario de Habilidades Sociales para Adolescentes; Escala de Percepción de Apoyo Social; Escala de autoeficacia generalizada. Los datos fueron analizados por medio del Método Jacobson & Truax y evidenciaron que cinco adolescentes presentaron aumento en el puntaje general de habilidades sociales, siendo que los factores que tuvieron un cambio positivo fueron asertividad y enfoque afectivo. Se concluye que el PHSV mostró algunos indicadores de efectividad, pudiendo ser considerado como una alternativa para el desarrollo socioemocional de los adolescentes, además de permitir la construcción de estrategias de enfrentamiento para lidiar con los desafíos de la nuevas inserciones.

Palabras clave: adolescente, habilidades sociales, apoyo social, autoeficácia

Introdução

De acordo com a Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2018, foram registrados um total de 121.131 adolescentes inseridos no sistema socioeducativo brasileiro. Dentre as medidas socioeducativas (liberdade, em meio aberto e com restrição ou privação da liberdade, sob internação), a semiliberdade é a menos aplicada, com 8,23% dos adolescentes (SINASE, 2018). Diferentemente da internação, essa forma de restrição de liberdade ocorre por meio da inserção em regime meio aberto, proporcionando um período de transição entre a institucionalização e a comunidade, uma vez que, durante o cumprimento da medida, os adolescentes têm a possibilidade de realizar atividades externas, tais como frequentar a escola, trabalhar e passar os finais de semana com a família (SINASE, 2006). Desse modo, em comparação à internação, a semiliberdade e as outras medidas abertas (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) possuem um contexto favorável ao trabalho de reinserção social dos adolescentes, que pode ser alcançado por meio da promoção de recursos pessoais e de fatores de proteção, capazes de fornecer estratégias individuais ou coletivas para o enfrentamento da situação de conflito com a lei. Contudo, apesar do potencial de integração social dessa medida de restrição de liberdade, verificou-se poucos estudos que focaram a população em semiliberdade¹.

Um dos avanços propostos pela agenda da psicologia para essa população é a promoção de fatores de proteção que estão associados ao desenvolvimento socioemocional (Nardi & Dell’Aglia, 2012; Zappe & Dell’Aglia, 2016). Uma maneira de atuar nessa direção, alinhada às diretrizes do SINASE (2006), é melhorar as relações interpessoais por meio da implementação de um Programa de Habilidades Sociais e de Vida (PHSV). Conforme Del Prette e Del Prette (2017), as habilidades sociais são “um construto descritivo dos comportamentos sociais valorizados em determinada cultura com alta probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade que podem contribuir para o desempenho socialmente competente em tarefas interpessoais” (p. 24).

Em relação à caracterização do repertório de habilidades sociais de adolescentes em medida socioeducativa, algumas pesquisas indicam um repertório deficitário de habilidades sociais em suas diversas classes (Arce, Farinã, & Vasquez, 2011; Bernardt & Sehnem, 2015). Por sua vez, Fogaça (2015) evidenciou que adolescentes em conflito com a lei tiveram *déficits* em algumas classes de habilidades sociais (empatia e autocontrole) e bom repertório em outras, tais como desenvoltura social. Na mesma direção, Visioli, Campos, Komatsu e Bazon (2018) encontraram que adolescentes em

1 Foi realizada uma revisão não sistemática da literatura pelos autores e foram identificados, entre 2005 e 2019, dez artigos de intervenções com adolescentes brasileiros em conflito com a lei, sendo que apenas um contemplava adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade. Informações detalhadas da revisão podem ser encontradas em Seixas (2019).

conflito com a lei possuíam um bom repertório de habilidades sociais no escore geral e nas classes de empatia, autocontrole e abordagem afetiva e um repertório deficitário em civilidade, assertividade e desenvoltura social. Apesar da divergência na literatura quanto ao repertório de habilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei, diversos autores concordam com a necessidade de intervenções com foco na promoção do desenvolvimento socioemocional desses adolescentes, uma vez que as competências sociais e a qualidade das relações interpessoais são associadas à saúde mental e facilitam a reinserção social (Gomes & Conceição, 2014; Niquice, Poletto, & Koller, 2017).

Intervenções para a promoção de habilidades sociais em jovens têm indicado a aquisição de novas competências interpessoais (Carvalho, Ikeda, & Rocha, 2015). Um treinamento de habilidades sociais com cinco adolescentes em acolhimento institucional mostrou melhoras discretas em escores de abordagem afetiva e assertividade (Carvalho et al., 2015). Em outro estudo, Gomide et al. (2017) realizaram uma intervenção com oito adolescentes em situação de acolhimento, sendo que dois dos participantes também cumpriam medida socioeducativa. A comparação entre pré-teste e pós-teste destacou melhorias na competência social e redução nos problemas internalizantes e externalizantes (Gomide et al., 2017). Portanto, intervenções com foco na promoção de habilidades sociais podem contribuir para lidar com as demandas do processo de desinstitucionalização (Carvalho et al., 2015; Gomide et al., 2017).

Programas de habilidades sociais também têm sido associados ao aumento da percepção de apoio social e ao fortalecimento de crenças de autoeficácia com adolescentes (Leme, Fernandes, Jovarini, Achkar, & Del Prette, 2016; Valois, Zullig, & Revels, 2017). Um programa de habilidades sociais realizado por Leme et al. (2016) com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, evidenciou aumento na empatia, autocontrole, assertividade, abordagem afetiva, desenvoltura social e no escore total das habilidades sociais, bem como nos escores de autoeficácia e de apoio social dos professores. Nessa direção, tanto a percepção de apoio social (Alves & Dell'Aglio, 2015; Zappe & Dell'Aglio, 2016) quanto as crenças de autoeficácia (Valois et al., 2017; Zappe & Dell'Aglio, 2016) são fatores proteção e estão relacionadas a prevenção de condutas de risco ao ato infracional. Portanto, salienta-se a necessidade de se implementar intervenções que busquem promover essas variáveis em adolescentes em conflito com a lei.

A percepção de apoio social é definida por Cobb (1976) como qualquer informação que permita o sujeito acreditar que ele é cuidado e amado pelas pessoas, ou que ele tem valor e que é estimado ou ainda que pertence a uma rede social de obrigações mútuas. Estudos têm evidenciado que determinadas classes de habilidades sociais contribuem para ampliar e acessar as redes de apoio social em momentos de crise (Fernandes, Leme, Elias, & Soares, 2018; Olsson, Hagekull, Giannotta, & Ahalander, 2016). Em relação aos adolescentes em conflito com a lei, observa-se que a percepção de apoio é maior em relação a família do que a amigos e professores (Melo & Silva, 2017; Nardi & Dell'Aglio, 2012). Ainda que a literatura sugira a importância

do apoio social dos professores como fatores de proteção (Fernandes et al., 2018), são pontuadas dificuldades nas interações desses com adolescentes em conflito com a lei (Franco & Bazon, 2019; Neto, 2018). A hostilidade na relação com o professor pode ser atribuída à dificuldade de romper com estereótipos negativos atribuídos a esses adolescentes e a dificuldade dos educadores em reconhecer que os jovens que regressam da medida socioeducativa são sujeitos de direito (Neto, 2018).

Já a autoeficácia é compreendida por Bandura (1997) como o conjunto de crenças do indivíduo em sua capacidade de exercer controle e enfrentar acontecimentos que afetam sua vida. Estudos têm indicado associações positivas entre autoeficácia e resolução de problemas (Luszczynska, Gutiérrez-Doña, & Schwarzer, 2005) e maior emissão de comportamentos prossociais e compromisso com critérios morais (Olaz, 2009). No que se refere aos adolescentes em conflito com a lei, um estudo identificou que esses possuíam menor autoeficácia acadêmica (Carroll, Gordon, Haynes, & Houghton, 2013). Outra pesquisa que investigou o percurso e as vivências escolares de adolescentes em conflito com a lei, encontrou experiências escolares negativas relacionadas às dificuldades de aprendizagem (Franco & Bazon, 2019). Portanto, o ambiente escolar hostil contribui com sentimento de rejeição e inadequação nesses adolescentes (Neto, 2018), prejudicando as crenças de autoeficácia. Nesse sentido, um repertório de habilidades sociais adequado tende a fornecer estratégias de enfrentamento para tais dificuldades, que podem surgir após ou durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Ainda que a maior parte das ações governamentais sejam direcionadas à repressão da violência, pesquisas têm sinalizado que estratégias de prevenção e promoção são mais efetivas na diminuição da criminalidade (Franco & Rodrigues, 2014). É necessário que a medida socioeducativa contribua com as novas inserções sociais dos adolescentes. Nessa direção, um programa de habilidades sociais e de vida (PHSV) favorece o reestabelecimento de relações positivas interrompidas durante a restrição de liberdade, permitindo o acesso a recursos sociais que contribuem no enfrentamento da situação de conflito com a lei (Leme et al., 2016; Niquice et al., 2017; Valois et al., 2017). A partir disso, o presente artigo tem como objetivo avaliar os efeitos de um PHSV no repertório de habilidades sociais, na percepção de apoio social e nas crenças de autoeficácia de adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade.

Método

Participantes

A intervenção é caracterizada como um estudo piloto, com delineamento de avaliação composto por pré-teste e pós-teste. Foram convidados para participar do PHSV 15 adolescentes, contudo, quatro não aceitaram, outros quatro deixaram a

instituição antes do início do programa devido a questões legais e um participou apenas dos três primeiros encontros porque teve problemas de saúde e foi transferido. O programa foi composto por sete adolescentes do sexo masculino, com idade entre 14 e 17 anos ($M = 15,17$ anos, $DP = 0,90$), que estavam cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade em uma instituição da cidade do Rio de Janeiro. Como critério de inclusão, todos os adolescentes deveriam estar cumprindo medida socioeducativa de semiliberdade na instituição durante todo o período de realização do programa e possuir menos de 18 anos. Os adolescentes eram moradores de diferentes comunidades (favelas), sendo que a maioria dos participantes (57,14%) se declarou da cor preta, 71,43% já tinha cumprido outra medida e 57,14% possuía histórico de reprovação escolar, com escolaridade entre o 5º ano do Ensino Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio.

Instrumentos

Questionário com informações demográficas. Elaborado para este estudo com objetivo de investigar informações demográficas para caracterização da amostra, a saber: idade; sexo; ano escolar; histórico de reprovação; cor; tempo de medida socioeducativa; motivo da restrição de liberdade.

Versão Breve do Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette). Instrumento desenvolvido por Z. Del Prette e Del Prette (2009) que avalia as habilidades sociais de adolescentes a partir dos seus autorrelatos sobre situações cotidianas. A versão breve é composta por 16 itens, com respostas que estão dispostas numa escala tipo Likert de quatro pontos, que varia de *nunca* (0) a *sempre* (4), em que o adolescente é solicitado a avaliar a frequência com que apresenta aquela reação. O inventário contempla quatro fatores, com índices aceitáveis de consistência, conforme Leme, Campos, Del Prette, Del Prette e Valentini (2017): (1) empatia (4 itens, $\alpha = 0,78$); (2) autocontrole (4 itens, $\alpha = 0,66$); (3) assertividade (4 itens, $\alpha = 0,75$); (4) abordagem afetiva (4 itens, $\alpha = 0,69$).

Escala de Percepção de Apoio Social (EPAS) – versão reduzida. Instrumento desenvolvido por Vaux, Burda e Stewart (1986) para examinar a percepção de apoio social de crianças e adolescentes em relação à família e aos amigos. A escala foi validada para a população de adolescentes brasileiros (idade entre 9 e 18 anos) por Squassoni e Matsukura (2014). É composta por 30 itens dispostos numa escala tipo Likert de seis pontos, que varia de *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (6) e contemplam quatro fatores: (1) Percepção de apoio social da família (8 itens, $\alpha = 0,57$); (2) Percepção de apoio social dos amigos (7 itens, $\alpha = 0,72$); (3) Percepção de apoio social dos professores (7 itens, $\alpha = 0,79$); (4) e Percepção de apoio social dos outros em geral (8 itens, $\alpha = 0,61$); score total ($\alpha = 0,74$). O fator outros não foi incluído na pesquisa porque se objetivava investigar apoios específicos.

Escala de Autoeficácia Generalizada (EAG). Escala originária da Alemanha e adaptada para diferentes culturas com objetivo de identificar as crenças de autoeficácia diante de situações difíceis de participantes de diferentes origens socioeconômicas e idades, incluindo adolescentes. O instrumento é constituído por 10 itens distribuídos numa escala tipo Likert de quatro pontos, variando de *discordo totalmente* (1) a *concordo totalmente* (4). No presente estudo, foi utilizada a versão da escala validada por Leme, Coimbra, Gato, Fontaine e Del Prette (2015), em uma amostra de adolescentes brasileiros. Os autores demonstraram a validade de constructo por meio da Análise Fatorial Confirmatória Multigrupos e a invariância transcultural da configuração da escala entre uma amostra de adolescentes portugueses e brasileiros, sendo confirmada a sua confiabilidade para a amostra brasileira ($\alpha = 0,80$).

Procedimentos

Coleta de dados. Primeiramente foram realizadas reuniões com a coordenadora e as assistentes sociais do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) para apresentar a proposta de trabalho. Posteriormente, foi realizada uma exposição dos objetivos e dos conteúdos do programa aos adolescentes presentes na unidade e convidá-los a participar a pesquisa. O PHSV foi composto pelas seguintes etapas: (1) treino da equipe de pesquisadores, que contemplou a participação em um grupo de estudos com 15 horas sobre fatores de risco e proteção com adolescentes em medida socioeducativa; (2) avaliação das necessidades dos participantes, que ocorreu por meio da revisão de literatura sobre o tema do estudo e foram conduzidos dois grupos focais com os adolescentes. Os resultados dos grupos focais, que não serão detalhados no presente estudo, foram analisados por meio da Classificação Hierárquica Descendente no *software* Iramuteq. Essa análise apresentou seis temas contemplados nos encontros: (1) escola; (2) agentes socioeducativos; (3) adolescências; (4) relações familiares; (5) medida de semiliberdade; (6) amigos. Informações detalhadas sobre essa avaliação podem ser acessadas em Seixas (2019); (3) avaliação inicial (pré-teste); (4) programa de habilidades sociais e de vida; (5) avaliação de efetividade (pós-teste). O detalhamento do estudo pode ser acessado na dissertação de mestrado de Seixas (2019). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de acordo com o Parecer nº 2.510.021, CAAE: 83080717.8.0000.5282. A participação dos adolescentes foi voluntária. A instituição assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como responsáveis pelos adolescentes e esses assinaram o Termo de Assentimento (TA).

O Programa de Habilidades Sociais e Vida (PHSV)

O PHSV foi composto por sete encontros ao longo de um mês e meio, que ocorreram na frequência de duas vezes por semana, com duração de 90 minutos cada.

O pré-teste foi aplicado com metade dos adolescentes um dia antes do início do PHSV e com os demais, no dia do primeiro encontro, antes dele ocorrer. A avaliação final foi realizada após o último encontro do programa. As atividades da intervenção foram iniciadas com o ensino de habilidades sociais e de vida organizadas e selecionadas em uma ordem crescente de complexidade, conforme recomendação de Del Prette e Del Prette (2017). A intervenção foi ocorreu na unidade socioeducativa e foi conduzida pela facilitadora (responsável pela pesquisa), com auxílio de duas cofacilitadoras (alunas de mestrado e doutorado), que tinham experiência na implementação e avaliação de intervenções no campo teórico-prático das habilidades sociais.

O primeiro encontro teve como objetivo ampliar o autoconhecimento de modo a aumentar a percepção de si próprio e das relações interpessoais, trabalhar a identificação de emoções no corpo e a expressão de sentimentos na linguagem não-verbal e verbal. O segundo encontro objetivou desenvolver a empatia, contribuindo com o aumento do apoio social. Foi dado enfoque na identificação de pensamentos e sentimentos em diferentes situações e na compreensão do comportamento empático. No terceiro encontro foi trabalhada a expressão de sentimento positivo como forma de estimular o estabelecimento de novas redes de apoio social. Nesse caso, focalizou-se diferenças individuais, as relações de amizade e o uso adequado do elogio e do agradecimento. No quarto encontro a temática promovida foram os valores de convivência, que contribuem para o conhecimento das normas sociais que fortalecem as redes de apoio. Foi discutida a importância de comportamentos de civilidade na unidade, os direitos, deveres e necessidade de equidade nas relações. O quinto encontro buscou desenvolver as habilidades de assertividade capazes de permitir que os adolescentes lidassem com situações de conflito. Trabalhou-se com o reconhecimento dos comportamentos passivo, agressivo e assertivo e recusar pedidos abusivos. O tema do sexto encontro foi a solução de problemas interpessoais com objetivo de contribuir para aumentar as crenças de autoeficácia. Portanto, enfatizou-se pedir mudança de comportamento, emitir opiniões e a importância do respeito nas relações interpessoais. No sétimo e último encontro foi realizado um *feedback* de todas as atividades realizadas, além de ter sido exibido um filme que permitiu a contextualização dos temas que haviam sido trabalhados ao longo dos encontros.

Os procedimentos de ensino envolveram vivências (como atividade principal), *role-playing*, dinâmicas lúdicas, realizações de desenhos, apresentações de filmes, exposições dialogadas, feedback, reforço e tarefa de casa com auto registro do comportamento. Todas essas atividades foram adequadas às necessidades e à escolaridade desse público.

Análise de Dados. Os dados coletados antes e após a intervenção com os questionários foram analisados com Método JT de Jacobson e Truax (1991), por meio do *software* gratuito PSICOINFO, acessado na página <http://www.psicoinfo.ufscar.br>.

A seleção desse método deveu-se a sua confiabilidade para demonstrar a efetividade de uma intervenção a partir de mudanças no pré-teste e pós-teste (Villa, Aguiar, & Del Prette, 2012) e também tem se mostrado adequado com amostras de tamanho reduzido ou sujeito único (Ferreira & Munster, 2017). O impacto da intervenção pode ser avaliado por meio de dois indicadores: (1) Índice de Mudança Confiável (IMC), que permite determinar se as mudanças ocorridas entre o pré-teste e pós-teste podem ser atribuídas aos procedimentos utilizados (Jacobson & Truax, 1991; Villa et al., 2012); (2) Significância Clínica (SC), associada à validade externa e indica se a intervenção produziu mudanças no *status* clínico dos participantes, em comparação com a população não-clínica (Jacobson & Truax, 1991). O IMC e a SC são obtidos por meio de fórmulas acessadas em Villa et al. (2012) ou no endereço <http://www.psicoinfo.ufscar.br/conteudo/o-metodo-jt>. A proposta do Método JT consiste em considerar uma mudança confiável positiva (MCP) quando o valor do IMC é superior a 1,96 (Jacobson & Truax, 1991). Nesse caso é interpretado que houve um aumento nos níveis dos construtos avaliados. Já quando o valor do IMC é menor que 1,96, considera-se que o participante teve uma perda nas dimensões avaliadas, indicando uma mudança confiável negativa (MCN). A SC pode apresentar três direções: inconclusivo; manutenção do *status* clínico; mudança do *status* clínico. A primeira ocorre quando o participante se encontra dentro da faixa de incerteza, de modo que não há como afirmar nada sobre a mudança do *status* clínico. Nas duas últimas, o participante pode iniciar na população funcional ou disfuncional e, após a intervenção, permanecer na mesma população (manutenção do *status* clínico), ou mudar da população funcional para a disfuncional (piora do *status* clínico) ou, ainda, da população disfuncional para a funcional (melhora do *status* clínico).

Resultados

A Tabela 1 apresenta os escores do pré-teste e pós-teste, o índice de mudança confiável e a significância clínica para cada subescala e valor total dos participantes. Observa-se, pela Tabela 1, que a maior parte dos participantes demonstra MCP no total das habilidades sociais (n=5) e no fator de assertividade (n=5) e abordagem afetiva (n=3). Um participante apresenta uma MCN no fator empatia e outro no fator autocontrole. Em relação à percepção de apoio social, os participantes apresentam uma MCP no total (n=2) e nos fatores amigos e professor (n=2). Um adolescente apresenta MCN na percepção de apoio social do professor. Na escala de autoeficácia, somente um adolescente apresenta MCP após a intervenção. A análise da significância clínica indica que a maioria das variáveis com mudanças confiáveis não teve alteração no *status* clínico entre o pré-teste e pós-teste.

Tabela 1.

Índice de Mudança Confiável e Significância Clínica das Habilidades Sociais, Apoio Social e Autoeficácia dos Participantes

Variáveis	Participantes													
	P1		P2		P3		P4		P5		P6		P7	
	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC	Pré (Pós)	IMC
HS_F1	9 (10)	1,01	8 (8)	0,00	11 (12)	1,01	9 (11)	2,02 ¹	11 (7)	-4,05 ^{**1}	12 (12)	0,00	8 (16)	8,09 ^{*1}
HS_F2	14 (16)	1,14	8 (15)	3,98 ^{*2}	6 (10)	2,27 ^{*2}	10 (16)	3,41 ^{*1}	13 (14)	0,57	10 (14)	2,27 ^{*2}	8 (15)	3,98 ^{*2}
HS_F3	4 (8)	2,31 ^{*2}	7 (8)	0,58	11 (8)	-1,73	9 (14)	2,99 ^{*1}	12 (9)	-1,73	6 (11)	2,88 ^{*2}	9 (9)	0,00
HS_F4	9 (10)	0,39	7 (10)	1,16	2 (8)	2,32 ^{*2}	8 (7)	-0,39	7 (12)	3,56 ^{*2}	16 (10)	-2,32 ^{**2}	10 (10)	0,00
Total HS	36 (44)	4,55 [*]	30 (41)	6,25 ^{*2}	30 (38)	4,55 ^{*2}	36 (48)	6,82 ^{*1}	43 (42)	-0,57	44 (47)	1,71	35 (50)	8,53 ^{*1}
AS_F1	30 (36)	1,56	26 (32)	1,56	26 (42)	4,16 ^{*2}	34 (39)	1,30	33 (35)	0,52	42 (42)	0,00	24 (42)	4,68 ^{*2}
AS_F2	48 (45)	-1,94	46 (46)	0,00	47 (48)	0,65	48 (47)	-0,65	47 (48)	0,65	48 (48)	0,00	41 (48)	4,53 [*]
AS_F3	34 (30)	-1,00	24 (26)	0,50	31 (42)	2,75 ^{*2}	30 (30)	0,00	34 (37)	0,75	42 (34)	-2,00 ^{**2}	23 (34)	2,75 ^{*2}
Total AS	112 (111)	-0,11	96 (104)	0,92	104 (132)	3,21 ^{*2}	112 (116)	0,46	114 (120)	0,69	132 (124)	-0,92	88 (124)	4,12 ^{*2}
AEG	34 (29)	-1,57	32 (33)	0,31	36 (32)	-1,25	33 (33)	0,00	30 (32)	0,36	31 (36)	1,57	20 (31)	3,45 ^{*2}

Nota. P: Participante. IMC: Índice de Mudança Confiável. *: Mudança Confiável Positiva. **: Mudança Confiável Negativa. HS: Habilidades Sociais. HS_F1: Empatia. HS_F2: Assertividade. HS_F3: Abordagem afetiva. HS_F4: Autocontrole. AS: Apoio social. AS_F1: Amigos. AS_F2: Família. AS_F3: Professores. AEG: Autoeficácia Geral. SC: Significância Clínica. ¹: Inconclusivo. ²: Manutenção do status clínico.

Discussão

Os resultados indicaram que todos os participantes obtiveram mudanças confiáveis (positivas ou negativas) após a intervenção, em pelo menos uma variável avaliada. A maioria dos adolescentes obteve mudanças confiáveis positivas no total das habilidades sociais. Pesquisadores têm encontrado resultados semelhantes após intervenções para a promoção de habilidades sociais com adolescentes em vulnerabilidade ou em instituições de acolhimento (Carvalho et al., 2015; Gomide et al., 2017; Leme et al., 2016). Assim, os resultados encontrados podem, em parte,

ser atribuídos a participação no PHSV. Contudo, deve-se considerar a influência da participação dos adolescentes na própria medida de semiliberdade. Outras pesquisas com grupo controle deverão ser realizadas para investigar essa associação.

Os resultados indicaram o PHSV favoreceu mudanças positivas em relação às habilidades sociais de assertividade e abordagem afetiva, o que tem sido observado em outras intervenções (Carvalho et al., 2015; Leme et al., 2016). Os ganhos associados ao treinamento dessas habilidades sociais têm impacto na saúde mental de adolescentes (Fuspita, Susanti, & 2018), além da diminuição da violência associada ao *bullying* (Boket, Bahrami, Kolyaie, & Hosseini, 2016). Já o fator que menos obteve mudança confiável positiva foi o autocontrole, sendo que o adolescente P6 mostrou uma mudança negativa após a intervenção. Uma possível explicação para esse achado pode estar relacionada com o aumento da percepção desse adolescente sobre seus próprios comportamentos (autoconhecimento), durante as atividades desenvolvidas na intervenção, levando a uma avaliação mais fidedigna ao final do programa.

Na mesma direção, um adolescente (P5) apresentou uma diminuição no fator empatia no pós-teste. Fogaça (2015) também identificou que adolescentes em conflito a lei apresentaram repertório deficitário em empatia e autocontrole. Conforme Del Prette e Del Prette (2017), o próprio conceito de empatia é antagônico à violência premeditada contra outrem. Desse modo, inferir, entender e considerar os sentimentos e pensamentos da vítima poderia coibir da prática infracional (Bernardt & Sehnem, 2015). Nessa direção, é importante que futuras intervenções procurem desenvolver essa habilidade social de modo a romper estereótipos em torno dos adolescentes em medida socioeducativa, principalmente aqueles que relacionam a prática infracional a características biológicas ou psicopatológicas relacionadas à incapacidade de desenvolver empatia.

Com o término da intervenção, três adolescentes apresentaram mudança confiável positiva, ao menos, em um dos fatores da escala de percepção de apoio social. Uma intervenção em habilidades sociais também identificou um aumento semelhante com adolescentes em vulnerabilidade social (Leme et al., 2016). Destaca-se que dois adolescentes tiveram um aumento no fator amigos, o que pode estar relacionado a uma percepção mais realista motivada pelas discussões sobre amizade e pelos relatos de comportamentos de pares, durante os encontros. Ainda que um estudo tenha observado a percepção de apoio dos amigos como relacionada à comportamentos de risco (Alves & Dell’Aglia, 2015), as habilidades sociais abordadas, como a assertividade, expressão de sentimento positivo e valores de convivência, podem favorecer o desenvolvimento e o reconhecimento de interações positivas.

Um adolescente apresentou mudança confiável negativa na percepção de apoio social dos professores. A literatura vem apresentando resultados semelhantes que mostraram o afastamento de adolescentes em conflito com a lei do ambiente escolar

(Franco & Bazon, 2019; Neto, 2018). Tais dados podem indicar a dificuldade dos professores em reconhecer os adolescentes em conflito com a lei com pessoas em desenvolvimento que podem mudar, com o apoio institucional, suas trajetórias de vida negativa (Neto, 2018). Além disso, situações como dificuldades em acompanhar os conteúdos escolares, cobrança por comportamentos assertivos e atividades consideradas vexatórias, tais como ler em voz alta foram relatadas pelos adolescentes em conflito com a lei como motivos para a qualificação da experiência escolar como negativa (Franco & Bazon, 2019).

No que diz respeito às crenças de autoeficácia, somente um adolescente apresentou uma mudança confiável positiva após a intervenção. Nota-se que, antes da intervenção a maioria dos adolescentes apresentavam escores elevados de crenças de autoeficácia, considerando que o escore total varia de 1 a 40. Assim, é possível que o PHSV não tenha proporcionado aumento nas crenças de autoeficácia dos participantes. A literatura apresenta resultados conflitantes em relação a essa variável. Enquanto alguns autores sugerem que adolescentes em conflito com a lei apresentam menos crenças de autoeficácia acadêmica (Carroll et al., 2013), outros estudos indicam altos escores de autoeficácia nesse público (Zappe & Dell'Aglio, 2016). Esse último resultado estaria relacionado à presença do tráfico na vida desses adolescentes, que permitiria o aumento da autonomia, seja pela atribuição de responsabilidades ou por permitir que os adolescentes adquiram poder aquisitivo (Zappe & Dell'Aglio, 2016), influenciando as crenças de autoeficácia social. Futuras pesquisas devem investigar as relações entre habilidades sociais e crenças de autoeficácia com adolescentes em medida socioeducativa.

Os resultados indicaram que não foi constatada significância clínica nas variáveis que apresentaram mudança confiável após a intervenção. Esses resultados evidenciaram que embora a intervenção tenha demonstrado algumas mudanças positivas para alguns participantes, atribuídas à intervenção realizada, com pequena probabilidade de ter sido ocasionada por erro de medida, as mesmas não foram clinicamente significantes. É possível que o PHSV não tenha contemplado componentes metodológicos potentes como, por exemplo, um número maior de sessões que possibilitassem mudar o *status* clínico.

Uma outra hipótese para esses achados pode decorrer da presença de escores elevados na maior parte dos fatores e totais dos instrumentos no pré-teste, o que pode ter contribuído para a ausência de significância clínica. Assim, devido aos escores elevados no pré-teste, o intervalo estabelecido para mudança no *status* clínico tornou-se restrito, de modo que nenhum adolescente conseguiu ter um aumento no pós-teste que indicasse uma significância clínica. Isso também sugere que os adolescentes em conflito com a lei apresentaram um bom repertório em algumas classes de habilidades sociais, na percepção de apoio social e nas crenças de autoeficácia. Tais resultados são

corroborados por outros estudos que afirmam que adolescentes em conflito com a lei apresentariam *déficits* em algumas classes de habilidades sociais e bom repertório em outras (Fogaça, 2015; Visioli et al., 2018).

Considerações Finais

O presente estudo avaliou os efeitos de um Programa de Habilidades Sociais e de Vida (PHSV) no repertório de habilidades sociais, na percepção de apoio social e nas crenças de autoeficácia de adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade. Ao implementar um programa piloto, com foco na promoção de relações interpessoais positivas, esta pesquisa procurou superar intervenções com características remediativas. Era esperado que o PHSV aumentasse os níveis de habilidades sociais, percepção de apoio social e crenças de autoeficácia, o que foi parcialmente verificado. Observaram-se mudanças confiáveis positivas para alguns adolescentes e em alguns indicadores de proteção medidos, como assertividade e abordagem afetiva, mas tais alterações não foram clinicamente significativas, ou seja, não houve mudança do *status* clínico. Desse modo, os achados, ainda que discretos, poderão nortear a avaliação de futuras intervenções que estejam alinhadas ao desenvolvimento de potencialidades dos adolescentes em semiliberdade. De fato, a literatura demonstrou que há uma escassez de intervenções com adolescentes em medida de semiliberdade.

Como contribuição, a presente pesquisa destaca a possibilidade de se trabalhar com a promoção de determinadas classes de habilidades sociais (valores de convivências, expressão de sentimento positivo, assertividade e resolução de problemas interpessoais) e de vida (autoconhecimento, pensamento crítico e relações interpessoais) com adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade. Assim, a intervenção mostrou ser uma possibilidade de baixo custo a ser implementada em associação ao programa de semiliberdade, superando as dificuldades relacionados à brevidade e à instabilidade da presença dos adolescentes na instituição. Ademais, a utilização do Método JT foi adequada para identificar mudanças confiáveis após a intervenção numa amostra pequena e singular, como a de adolescentes em medida socioeducativa.

Contemplados os aspectos positivos, limitações devem ser consideradas. A primeira refere-se aos aspectos metodológicos, como número reduzido de sessões, ausência de grupo controle e de avaliação de *follow-up*. Uma segunda limitação diz respeito ao tamanho reduzido da amostra. Essas limitações deverão ser consideradas em futuros estudos. Dessa forma, entende-se que o presente trabalho se caracterizou como um estudo piloto com adolescentes em medida socioeducativa.

Pesquisas futuras devem buscar por outras fontes de validade ecológica, consultando agentes socioeducativos e familiares que poderão fornecer informações que ampliarão a compreensão dos resultados. Cabe pontuar que, devem ser priorizadas

intervenções com pessoas do contexto dos adolescentes, como professores e agentes socioeducativos, que no papel de agentes de mudança e multiplicadores colaborariam para promover ambientes positivos e para lidar com demandas específicas desse público. Somado a isso, devido à situação de vulnerabilidade social que os adolescentes em conflito com a lei se encontram, é necessário que sejam promovidas mudanças além dos ambientes proximais dos adolescentes. Portanto, políticas públicas e ações intersetoriais devem ser elaboradas, visando a ampliar o acesso desses adolescentes a direitos básicos e a buscar alternativas para a situação de pobreza que conduzem famílias à vulnerabilidade.

Referências

- Alves, C. F., & Dell'Aglio, D. D. (2015). Apoio social e comportamentos de risco na adolescência. *Revista de Psicologia da IMED*, 7(2), 89-98. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.2.18250>
- Arce, R., Fariña, F., & Vásquez, M. J. (2011). Grado de competencia social y comportamientos antisociales, delictivos y no delictivos en adolescentes. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43(3), 473-486. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2016v9n1p118>
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: Freeman.
- Bernardt, A. M., & Sehnem, S. B. (2015). Autoconceito e habilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa no Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP). *Pesquisa em Psicologia – Anais eletrônico*, 1(1), 55-66. Retrieved from http://editora.unoesc.edu.br/index.php/pp_ae/article/view/8551
- Boket, E. G., Bahrami, M., Kolyaie, L., & Hosseini, S. A. (2016). The effect of assertiveness skills training on reduction of verbal victimization of high school students. *International Journal of Humanities and Cultural Studies*, 3(2), 690-699. Retrieved from <http://www.ijhcs.com/index.php/ijhcs/article/view/2857/2693>
- Carroll, A., Gordon, K., Haynes, M., & Houghton, S. (2013). Goal setting and self-efficacy among delinquent, at-risk and not at-risk adolescents. *Journal of youth and adolescence*, 42(3), 431-443. doi: <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9799-y>
- Carvalho, C. C., Ikeda, C. M. F., & Rocha, G. V. (2015). Programa de intervenção para um grupo de jovens em situação de acolhimento institucional. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 51(1), 49-57. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/319782860>
- Cobb, S. (1976). Social support as a moderator of life stress. *Psychosomatic medicine*, 38(5), 300-314. doi: <http://dx.doi.org/10.1097/00006842-197609000-00003>
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2009). *Inventário de Habilidades Sociais para Adolescentes (IHSA-Del-Prette): Manual de aplicação, apuração e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2017). *Competência Social e Habilidades Sociais: Manual teórico-prático*. Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, L. D. M., Leme, V. B. R., Elias, L. C. D. S., & Soares, A. B. (2018). Preditores do desempenho escolar ao final do ensino fundamental: Histórico de reprovação, habilidades sociais e apoio social. *Temas em Psicologia*, 26(1), 215-228. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.1-09Pt>
- Ferreira, E. F., & Munster, M. A. (2017). Avaliação das habilidades sociais de crianças com deficiência intelectual sob a perspectiva dos professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 23(1), 97-110. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382317000100008>
- Fogaça, F. F. S. (2015). *Identificando repertórios de habilidades sociais em interações do adolescente em conflito com a lei com familiares e amigos: Uma análise de*

- metacontingências* (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP. Retrieved from <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7380/TeseFFSF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Fuspita, H., Susanti, H., & Putri, D. E. (2018). The influence of assertiveness training on depression level of high school students in Bengkulu, Indonesia. *Enfermeria Clínica*, 28(1), 300-303. doi: [https://doi.org/10.1016/S1130-8621\(18\)30174-8](https://doi.org/10.1016/S1130-8621(18)30174-8)
- Franco, M. G. O., & Bazon, M. R. (2019). Percurso e experiência escolar de adolescentes em conflito com a lei: Trajetórias possíveis. *Educação em Revista*, 35(1), 1-31. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698183939>
- Franco, G. R., & Rodrigues, M. C. (2015). Programa de habilidades de vida para adolescentes em situação de vulnerabilidade social: Relato de uma pesquisa-intervenção. In S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack (Org.), *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, planejamentos e estratégias de intervenção* (pp. 677-694). Nova Hamburgo: Sinopsys.
- Gomes, C. C., & Conceição, M. G. (2014). Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 47-58. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-7372210860005>
- Gomide, P. I. C., Mascarenhas, A. B. D., & Rocha, G. V. M. (2017). Avaliação de uma intervenção para redução de comportamentos antissociais e aumento da escolarização em adolescentes de uma instituição de acolhimento. *Acta Comportamentalia*, 25(1), 25-40. Retrieved from <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/58992>
- Jacobson, N. S., & Truax, P. (1991). Clinical significance: A statistical approach to defining meaningful change in psychotherapy research. *Journal of consulting and clinical psychology*, 59(1), 12. Retrieved from http://www.personal.kent.edu/~dfresco/CRM_Readings/JCCP_Jacobson_ClinSIG.pdf
- Leme, V. B. R., Coimbra, S., Gato, J., Fontaine, A. M., & Del Prette, Z. (2015). Confirmatory factor analysis of the Generalized Self-Efficacy Scale in Brazil and Portugal. *Spanish Journal of Psychology*, 16(93), 1-11. doi: <https://doi.org/10.1017/sjp.2013.93>
- Leme, V. B. R., Fernandes, L. M., Jovarini, N. V., Achkar, A. M. E., & Del Prette, Z. A. P. (2016). Social Skills Program for adolescents in vulnerable social contexts. *Psico-USF*, 21(3), 595-608. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210313>
- Leme, V. B. R., Valentini, F., Campos, J. R., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2017). Psychometric properties of the Brief Version of the Social Skills Inventory for adolescents. *The Spanish journal of psychology*, 20(36), 1-9. doi: <https://doi.org/10.1017/sjp.2017.29>
- Luszczynska, A., Gutiérrez-Doña, B., & Schwarzer, R. (2005). General self-efficacy in various domains of human functioning: Evidence from five countries. *International Journal of Psychology*, 40(2), 80-89. <http://dx.doi.org/10.1080/00207590444000041>

- Medina, R. S., Negrete, D. J. E., & Montijo, S. S. R. (2016). Evaluación de un programa de intervención para promover la salud sexual en adolescentes mexicanos en conflicto con la ley. *Acta Colombiana de Psicología*, 19(2), 269-280. Retrieved from <http://www.redalyc.org/html/798/79847072011/>
- Melo, L. L. B., & Silva, C. M. A. (2017). A importância da família na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. *Humanidades em Perspectivas*, 1(1), 38-51. Retrieved from <https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/view/599>
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 181-191. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>
- Neto, A. V. (2018). Desafios do acesso escolar para adolescentes em Liberdade Assistida. *Pós-graduação em revista*, 2(1), 39-59. Retrieved from <http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/posgere/article/view/212>
- Niquice, F., Poletto, M., & Koller, S. H. (2017). Motivações do comportamento infrator e perspectivas do futuro de jovens reclusos da cidade de Maputo/Moçambique: Uma visão bioecológica. *Revista da SPAGESP*, 18(1). Retrieved from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100004
- Olaz, F. O. (2009). Contribuições da Teoria-Social-Cognitiva de Bandura para o Treinamento de Habilidades Sociais. In Z. A. P. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.), *Psicologia das habilidades sociais: Diversidade teórica e suas implicações* (pp. 109-148). Petrópolis: Vozes.
- Olsson, I., Hagekull, B., Giannotta, F., & Ahalander, C. (2016). Adolescents and social support situations. *Scandinavian Psychological Associations and John Wiley & Sons*, 31(1), 1-10. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/sjop.12282>
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente [SINASE] (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília-DF: CONANDA. Retrieved from <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>
- Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente [SINASE] (2018). *Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - 2016*. Brasília: SDH. Retrieved from https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf
- Sehn, A. S., Porta, D. D., Santos, S. S., & Dias, A. C. G. (2016). Fatores de risco na vida de adolescentes portugueses em conflito com a lei. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(2), 568-589. Retrieved from <http://www.redalyc.org/html/4518/451851666015/>
- Seixas, C. R. (2019). *Programa de habilidades sociais e de vida com adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). Retrieved from <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/15243>

- Squassoni, C. E., & Matsukura, T. S. (2014). Adaptação transcultural da versão portuguesa do Social Support Appraisals para o Brasil. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2). doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722014000100009>
- Versão brasileira do Social Support Appraisals: Estudos de confiabilidade e validade. *Revista de Terapia Ocupacional*, 27(1), 1-11. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i1p1-11>
- Valois, R. F., Zullig, K. J., & Revels, A. A. (2017). Aggressive and violent behavior and emotional self-efficacy: Is there a relationship for adolescents? *Journal of school health*, 87(4), 269-277. doi: <http://dx.doi.org/10.1111/josh.12493>
- Vaux, A., Burda, P., & Stewart, D. (1986). Orientation toward utilization of support resources. *Journal of Community Psychology*, 14(2), 159-170. doi: [http://dx.doi.org/10.1002/1520-6629\(198604\)14:2<159::AID-JCOP2290140207>3.0.CO;2-H](http://dx.doi.org/10.1002/1520-6629(198604)14:2<159::AID-JCOP2290140207>3.0.CO;2-H)
- Villa, M. B., Aguiar, A. A. R., & Del Prette, Z. A. P. (2012). *Intervenções baseadas em evidências: Aplicações do Método JT*. São Carlos: EduUFSCar.
- Visioli, M. M. M. R., Campos, J. R., Komatsu, A. V., & Bazon, M. R. (2018). Repertório de habilidades sociais e atraso escolar em adolescentes em conflito com a lei. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 9(2), 118-140. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2018v9n2p118>
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: Risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110. doi: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2016.2.21494>